

## ANOS DE CHUMBO

## O punho cerrado que incomodou a ditadura

Ídolo do Atlético Mineiro e da Seleção Brasileira, Reinaldo pede à Comissão de Anistia reparação do Estado pelo assédio que sofreu do regime militar: "No futebol, incomodei"

» EVANDRO ÉBOLI  
Enviado especial

Leandro Couri/EM/D.A.Press

**Belo Horizonte** — O ex-jogador José Reinaldo de Lima é um dos maiores ídolos e goleadores do Atlético Mineiro. Hoje, funcionário do grupo privado que administra o clube, o antigo centroavante do Galo chama a atenção no tour da nova e moderna Arena MRV, onde trabalha. Quando o veem, os grupos de torcedores-turistas o cercam nas instalações do estádio. "São cerca de 200 fotos por dia com as pessoas, mais ou menos", contou Reinaldo ao **Correio**, que o acompanhou na manhã da última sexta-feira, na capital mineira.

Esse também é número de vezes que o craque brasileiro acredita ter repetido, a cada gol marcado, o gesto que o caracterizou e que incomodou os generais da ditadura militar: o braço estendido para o alto com o punho cerrado, em uma referência explícita da luta dos Panteras Negras, movimento negro que atuou contra o racismo e pela conquista dos direitos civis no Estados Unidos, na década de 1960. Um gesto que ganhou o mundo.

Celebrar seus gols dessa forma também lhe trouxe incômodos, como ter sido advertido por um dos presidentes do regime, Ernesto Geisel, em 1978, antes do embarque da seleção brasileira para disputar a Copa do Mundo da Argentina. Na despedida do general, em Porto Alegre (RS), a delegação foi até o Palácio Piratini, sede do governo estadual.

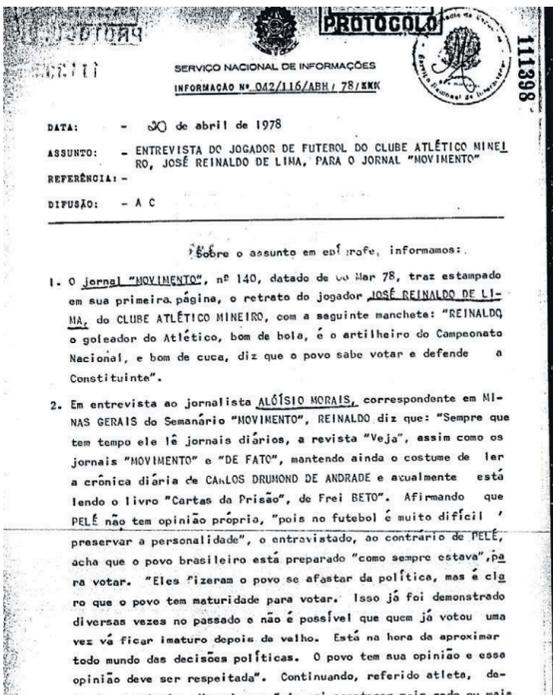
Reinaldo lembra-se em detalhes dessa passagem. O então ministro da Educação, Ney Braga, o leva a uma sala. Geisel queria falar com o atacante da seleção. Até elogiou seu futebol, mas pediu que não misturasse futebol com política. Sugeriu que, em caso de assinalar gol no Mundial, evitasse comemorar daquele jeito, com braço erguido e punho fechado.

"Fomos nos despedir do presidente, até porque a CBD (hoje CBF), por si só, era uma junta militar. Tinha o almirante Heleno Nunes (presidente), o capitão Cláudio Coutinho (técnico) e outros, como Admilto Chiról (preparador físico). O Ney Braga me chamou e disse: 'vem cá, quero te apresentar o presidente', num lugar mais reservado. Me apresentou, eu era o artilheiro do Campeonato Brasileiro. E o presidente me disse: 'Você joga muito bem, mas deve se preocupar só com a bola. Deixa que política a gente faz. Não fale de política'. Não falei nada, só obedeci", relatou Reinaldo à reportagem.

No avião, conta, veio o recado direto, de outro militar da comissão técnica, André Richer, diretor da então CBD, que sentou-se a seu lado: "Olha, se fizer gol na Copa, não faça aquele gesto não". Não atendi. Fiz o gol contra a Suécia (no empate da estreia em 1 a 1), até abro os braços, mas, na sequência, não teve jeito. Estendi o braço. Não ia perder essa oportunidade".

"Comecei a fazer esses gestos nos anos de 1974 e 1975. Era também um gesto socialista. Quando fiz, aí sim, comecei a sofrer retaliações. As pessoas me diziam: 'Reinaldo, o que é isso?'".

Esse episódio de perseguição do regime militar e várias outras tentativas de coação motivaram o jogador a entrar com um pedido de reparação do Estado, para que lhe seja concedida a condição de anistiado político, com direito a uma indenização, em prestação única, de R\$ 100 mil. O pedido já está formulado e será protocolado na Comissão de Anistia por seu advogado e amigo Rodrigo Janot, ex-procurador-geral da República entre 2013 a 2017.



Página de relatório do SNI sobre as opiniões do ídolo do Atlético-MG

O Arquivo Nacional reúne antigos documentos sobre a atuação da ditadura, detalhes de perseguição, prisões e monitoramento dos considerados opositores daquele regime de exceção. São milhares de papéis e folhas das atividades "subversivas" de centenas de brasileiros. A "ficha" de Reinaldo reúne, pelo menos, 40 páginas com informações sobre o atleta levantadas pelo SNI (Serviço Nacional de Informações), e que detalham suas ações, reuniões e até participação em atos da campanha pelas Diretas Já, movimento que pedia a volta das eleições livres para presidente da República, entre o

período final da ditadura e a chamada Nova República.

Entre os registros do SNI estão, até mesmo, encontros de Reinaldo com seu amigo e antigo vizinho Frei Betto, frade dominicano que foi perseguido e preso pelos agentes da repressão política. Consta nesse material, ainda, a presença de Reinaldo no lançamento do livro do religioso, *Batismo de sangue*, que conta a história da resistência de um grupo de frades às violações do regime.

Uma entrevista que concedeu ao jornal alternativo *Movimento*, em 1978, também foi parar na papelada do SNI, que não gostou do

O Estado me deve esse pedido de desculpas pela perseguição que sofri na ditadura, muito mais do que a reparação econômica"

Reinaldo, ex-jogador de futebol

que foi publicado. O título da reportagem era *Reinaldo, bom de bola, bom de cuca*.

"Ali, defendi a volta da democracia, o retorno dos militares para os quartéis, as eleições diretas e uma nova Constituição para o país. Eram tempos da chamada abertura lenta e gradual. O que fiz foi — como pessoa pública e de expressão nacional, que chegava a receber 500 cartas por dia — levantar minhas bandeiras, que eram as do povo brasileiro. Outros contribuíram de formas distintas, fazendo o enfrentamento até diretamente. Outros se posicionaram a sua maneira. No futebol, incomodei".

O conteúdo comprobatório da perseguição a Reinaldo o faz crer que alcançará a reparação e o reconhecimento de ter sido alvo de prejuízos na sua carreira. Nos julgamentos da Comissão de Anistia, quando um caso é aprovado, há um pedido público de desculpas do Estado.

"O Estado me deve esse pedido de desculpas pela perseguição que sofri na ditadura, muito mais do que a reparação econômica", é o que espera Reinaldo.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

## O "transformismo" tomou conta da política brasileira

Um fenômeno da política brasileira, cada vez mais evidente, haja vista as decisões recentes do Congresso, é o descolamento dos partidos da agenda democrática do país, que parecia consolidada com a Constituição de 1988, para além da agenda econômica e social, cujas prioridades se alternam na medida em que forças mais progressistas ou mais conservadoras estão no poder.

Isso ocorre em função da tendência cada vez maior de restringir os direitos das minorias e impor-lhes uma "ditadura da maioria", em questões que envolvem os costumes e os direitos sociais. A hegemonia conservadora no Parlamento é resultado da presença cada vez maior de lideranças neopentecostais, agentes de corporações vinculadas à segurança pública e representantes de setores da sociedade adeptos da volta do regime militar e da justiça pelas próprias mãos, com uma agenda fortemente reacionária.

Até agora, o sistema de freios e contrapesos entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário tem funcionado no sentido de garantir a ordem democrática, mas se fragiliza quando o Executivo foge à responsabilidade fiscal ou o Judiciário extrapola seu papel contramajoritário. Não fosse a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a firme defesa da urna eletrônica e do resultado do pleito pela Justiça Eleitoral, essa afirmação sobre a eficácia do sistema seria verdadeira?

Suponhamos que o presidente Jair Bolsonaro tivesse sido eleito, o que não ocorreu por pequena margem de votos. Qual seria o comportamento do atual Congresso e o futuro da composição do Supremo Tribunal Federal (STF)? Provavelmente, caminharíamos para a adoção de um regime "liberal", o projeto da nova extrema-direita mundial, quase hegemônico na Ásia, em ascensão na Europa e, novamente, uma real alternativa de poder nos Estados Unidos.

Sem juízos moralistas, no Brasil, está em curso um movimento "transformista" dos partidos políticos em direção à formação de um regime semipresidencialista, sem responsabilidade com o êxito das políticas públicas e empenhado no fortalecimento do poder pessoal de sua elite dirigente. Essa elite se descola dos interesses de origem, o que é facilitado pelo sistema de eleições proporcionais, e se acomoda às circunstâncias eleitorais locais, o que provoca uma crise de identidade e de representação dos partidos, principalmente os de centro-esquerda e de esquerda.

## Partidocracia

Setores de centro e de centro-direita, de viés conservador, estão a reboque da extrema-direita reacionária, liderada pelo presidente Jair Bolsonaro, tanto nas pautas do Congresso quanto na agenda das eleições municipais, onde o tema da segurança pública ganhou centralidade. Tanto nas alianças eleitorais locais, a começar por São Paulo, quanto nas recentes votações do Congresso, verifica-se a presença ascendente das forças de direita aliadas ao bolsonarismo, um fenômeno de massas, que busca a hegemonia também por acumulação de forças na sociedade.

As forças de centro-esquerda e de esquerda, que antes se organizavam a partir da sociedade civil e dos movimentos sociais, cada vez mais são acometidas de um certo "cretinismo parlamentar", no qual os interesses imediatos e particulares de seus representantes convergem ou coincidem com os das forças conservadoras, o que tem muito a ver com a forma de financiamento da política. Basta perguntar a qualquer deputado ou senador, inclusive do PT, se deseja acabar com as emendas impositivas e o orçamento secreto, que ainda sobrevive disfarçado. A resposta será não.

Voltando ao tema do "transformismo", trata-se de um processo político e não moral, ainda que exista uma questão ética subjacente. No Brasil, não existe um projeto de modernização capaz de forjar um novo consenso político nacional. Estamos entre os modelos ultrapassados do neoliberalismo e do nacional-desenvolvimentismo, a dicotomia que dramatiza, por exemplo, a história recente da Argentina. A massa crítica intelectual e empresarial para formular essa alternativa de projeto nacional foi aliada da política ou capturada por essa dicotomia. E não há um esforço dos partidos para que isso seja revertido, foram capturados pela "transa" política. Já não se orientam por programas, mas por interesses particulares e narrativas orientadas por pesquisas eleitorais e a audiência das "bolas" nas redes sociais.

Sem novas lideranças comprometidas com a "política do bem comum", que consigam formular um novo projeto nacional e se projetar nacionalmente, nas novas condições de intervenção política, os mecanismos de controle burocrático da atividade parlamentar, o financiamento eleitoral, as emendas impositivas ao Orçamento e a "política como negócio" ditam as regras do jogo e levam à constituição de uma "partidocracia" patrimonialista, endinheirada, para o clientelismo eleitoral. Assim, novas gerações perpetuam velhas oligarquias.

Essa elite política, escaldada pelo tsunami eleitoral de 2018, encastela-se no Congresso e cria mecanismos de obstrução da renovação política, de maneira a garantir uma blindagem inexpugnável para sua perpetuação no Parlamento. Nunca houve, desde a redemocratização, tanta ausência de paridade de armas entre quem tem mandato e quem não tem. O processo democrático está sendo bloqueado por dentro das suas instituições políticas, o que abre espaço para o crescimento de forças antissistêmicas na sociedade, principalmente da extrema-direita.

TANTO NAS ALIANÇAS ELEITORAIS, A COMEÇAR POR SÃO PAULO, QUANTO NAS RECENTES VOTAÇÕES DO CONGRESSO, VERIFICA-SE A PRESENÇA ASCENDENTE DAS FORÇAS DE DIREITA ALIADAS AO BOLSONARISMO